Recurso nº 372/2006

Recorrente: A

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da R.A.E.M.:

Nos autos de Liberdade Condicional junto do Juízo de Instrução Criminal do Tribunal Judicial de Base, pela decisão da Mm^o Juiz, de 29 de Maio de 2006, foi recusada a liberdade condicional do recluso A.

Inconformado com a decisão, o recluso interpôs o recurso para este Tribunal, alegando que:

1. Através do despacho a fls. 103 dos autos, o Mm.^o Dr. Juiz indeferiu o pedido de liberdade condicional apresentado pelo recorrente.
2. O requisito formal de liberdade condicional é o cumprimento de dois terços e pelo menos seis meses da pena; enquanto que o preenchimento do requisito material significa que, sintetizando a situação global do condenado, e tendo em conta todas as necessidades de prevenção geral e especial, o tribunal faz um juízo favorável ao condenado em termos da influência que a sua reinserção na sociedade vai exercer sobre a ordem

jurídica e a paz social.

3. Sintetizando a situação global do recorrente, as necessidades de prevenção geral e especial, entende o recorrente que ele não vai influenciar a ordem judicial e a paz social de Macau depois de ser colocado em liberdade condicional. Portanto, o recorrente considera o pedido de liberdade condicional devia ser autorizado.
4. Pelo exposto, o recorrente já preencheu completamente o requisito formal e material de liberdade condicional.
5. Satisfeito o requisito de liberdade condicional previsto no art.º 56.º do CPM, o recorrente devia ser colocado em liberdade condicional. O Dr. Juiz não assim procedeu, violando o disposto no artigo 56.º do CPM.

Ministério Público respondeu ao recurso entendendo que o recurso não merece provimento pois a decisão recorrida não viola qualquer norma prevista no artigo 56º do Código Penal.

Nesta instância, a Digna Procurador-Adjunto apresentou o seu douto parecer, que se transcreve no seguinte:

“O recorrente imputa à douta decisão que lhe negou a concessão da liberdade condicional a violação do disposto no artº 56º nº 1 do CPM.

Não nos parece que lhe assiste razão, subscrevendo no essencial as judiciosas considerações da Magistrada do Ministério Público explanadas na sua resposta à motivação do recurso.

Como se sabe, a liberdade condicional só é concedida quando se verificarem, em caso concreto, todos os pressupostos, tanto formais como materiais, de que a lei faz depender a aplicação do instituto.

É evidente a verificação no caso vertente do pressuposto formal da liberdade condicional, dado que o recorrente cumpriu já 2/3 da pena que lhe tinha sido aplicada.

No entanto, a concessão da liberdade condicional não se opera automaticamente com a verificação de tal requisito formal, sendo ainda necessário o preenchimento dos outros requisitos, ditos materiais, referidos nas al.s a) e b) do n.º 1 do art.º 56.º do CPM: são exigidas, por um lado, a formação de um **juízo de prognose favorável** sobre o comportamento futuro do delinquente em liberdade que pressupõe o «bom comportamento prisional» e a «capacidade de se readaptar à vida social e vontade séria de o fazer» do condenado e, por outro, a resposta positiva quanto à compatibilidade entre a libertação antecipada do condenado e a defesa da ordem jurídica e a paz social.

No fundo, para que a liberdade condicional seja concedida, a lei exige o juízo de prognose favorável sobre dois requisitos cumulativos: prevenção especial e prevenção geral.

Para efeito referido na al. a) do nº 1 do artº 56º, o Tribunal há que ter em conta “as circunstâncias do caso, a vida anterior do agente, a sua personalidade e a evolução desta durante a execução da prisão”.

No caso *sub judice*, resulta dos autos que o recorrente foi condenado, pela prática de um crime de associação de malfeitores, seis crimes de usura para jogo, um crime de extorsão na forma consumada, um crime de extorsão na forma tentada e seis crimes de rapto, na pena única e global de 14 anos de prisão.

Estando em causa os crimes de diferente natureza e com elevada gravidade, nomeadamente os crimes de associação de malfeitores, de extorsão e de rapto, os elementos apurados nos autos revelam a vida anterior do recorrente que estava fortemente ligada a meios de criminalidade organizada e envolvida nos casinos.

Quanto ao comportamento prisional do recorrente, que não é, dum modo geral, isento de reparos, foram registadas três punições disciplinares nos anos de 2000, 2001 e 2003, respectivamente.

Não obstante ter sido classificado como “bom”, o comportamento prisional do recorrente nunca é de considerar como exemplar nem bastante para o Tribunal formar um juízo de prognose favorável sobre o seu comportamento futuro em liberdade, sobretudo quando tomar em consideração a sua vida anterior ligada a meios marginais.

Neste aspecto, “dir-se-á que o bom comportamento no EP deve ser a

regra, pelo que, em certas condições, haverá até que exigir algo mais do que o mero bom comportamento, de modo a inferir de uma consciência de responsabilização e de uma vontade de ressocialização”. (cfr. Ac.s proferidos nos processos nº 47/2005, nº 159/2005 e nº 134/2005, de 18-3-2005, 28-7-2005 e 15-9-2005, respectivamente)

E também não nos parece constar dos autos elementos que demonstrem uma evolução bastante positiva da personalidade do recorrente ou que, neste momento, o recorrente já tem vontade e capacidade para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, mesmo tomando em consideração as condições favoráveis (perspectiva do emprego e apoio familiar) que possui para a sua reinserção social e o esforço que tem feito para o mesmo efeito através da participação nas actividades lectivas desenvolvidas na prisão.

Por outro lado, afigura-se-nos não estar preenchido o segundo requisito material da liberdade condicional.

Nas palavras do Prof. Figueiredo Dias, “resta a questão de saber se, aceitando o nosso direito uma liberdade condicional 《regra》, cumprida que esteja metade da pena (em Macau, é 2/3 da pena), o prognose favorável especial-preventivamente orientado não deveria ser limitado pela obrigação de respeitar exigências de prevenção geral positiva no seu grau mínimo, é dizer, **exigências de tutela do ordenamento jurídico**.

Uma resposta **afirmativa** a esta questão impõe-se. O reingresso

do condenado no seu meio social, apenas cumprida metade da pena (em Macau, é 2/3/ da pena) a que foi condenado, pode perturbar gravemente a paz social e pôr assim em causa as expectativas comunitárias na validade da norma violada. Por outro lado, da aceitação do reingresso pela comunidade jurídica dependerá, justamente, a suportabilidade comunitária da assunção do risco da libertação que, como dissemos, é o critério que deve dar a medida exigida de probabilidade de comportamento futuro sem reincidência.” (cfr. Direito Penal Português, As Consequências Jurídicas do Crime, pág. 538 a 541)

Compreende-se bem que, não podendo deixar de ter em presente as diversas vertentes das finalidades visadas pela aplicação do instituto, o legislador estabelece o último pressuposto material da concessão de liberdade condicional, exigindo que a libertação antecipada do condenado se revela compatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social.

Com este requisito, pretende-se preservar a ideia de reafirmação da validade e vigência da norma penal violada com a prática do crime, tendo-se assim em vista a realização do fim de prevenção geral (de integração) – cfr. Manuel Leal-Henriques e Manuel Simas Santos, Código Penal Anotado, 1 Volume, pág. 507.

Daí que, mesmo se verificando o pressuposto previsto na al. a) do n° 1 do art° 56° do CPM, há que ponderar ainda a compatibilidade da libertação antecipada do recorrente com a defesa da ordem jurídica e da paz social, o que se pode, e deve,

fazer através de análise dos elementos relacionados com os crimes em causa, por exemplo, a natureza dos crimes, as circunstâncias em que os mesmos foram praticados, o motivo da prática dos crimes, a sua gravidade, etc., não importando tão só a conduta posterior do condenado e factores favoráveis à sua reinserção social.

Tal como salienta, e muito bem, este Tribunal de Segunda Instância, a gravidade do crime e demais circunstancialismo envolvente “deve ser projectado sobre a própria evolução da sociedade de forma a apurar se ela própria estará apta a integrar e aceitar a libertação do condenado. Então, aí, as coisas não dependerá apenas do comportamento e da aptidão para a integração do condenado, importando ponderar factores exógenos” (cfr. Ac. de 3-3-2005, proc. nº 22/2005).

Ora, tendo em conta todos os elementos verificados no caso concreto, o número dos crimes em causa e o circunstancialismo em que os mesmos foram praticados, temos por certo que são muito graves os crimes (de associação de malfeitores, de extorsão e de rapto) cometidos pelo recorrente, que se revelam perturbadores da ordem jurídica e da paz social.

Daí que se permite considerar que a libertação imediata do recorrente se mostra pouco compatível com a defesa da ordem jurídica e da tranquilidade social.

Tudo ponderado, é de considerar que não estão verificados os requisitos previstos no nº 1 do artº 56º do CPM, pelo que não se

deve conceder, por ora, a liberdade condicional.

Termos em que se deve julgar improcedente o presente recurso.”

Cumprido conhecer

Foram colhidos vistos legais dos Mm^{os} Juizes-Adjuntos.

Consideram-se pertinentes os seguintes factos:

- Pelo processo Querela n^o CR3-97-0032-PQR (333/97) do Tribunal Judicial de Base de Macau, o recorrente foi condenado, pela prática, com outros arguidos, de um crime de Associação de malfeitores, de seis crimes usura para jogos, de seis crime de extorsão e cinco crime de rapto, na pena totalmente de 14 anos de prisão.
- O recorrente em 8 de Janeiro de 2011 cumprirá a pena de prisão na totalidade e cumpriu dois terços da pena em 8 de Maio de 2006.
- O recorrente declarou que concordou com a concessão da liberdade condicional.
- Para efeito da apreciação, o Técnico da Prisão elaborou o relatório social cujo teor se consta das fls. 3 a 31 que se dá por reprodução para todos os efeitos.

- Registou três vezes de penas disciplinares, respectivamente, em 8 de Março de 2000, de 28 de Maio de 2001 e 11 de Junho de 2003.
- O Sr. director da Prisão e o Ministério Público promoveram a não concessão de liberdade condicional.
- O despacho recorrido tem o teor essencial o seguinte:

“

O recluso **A** foi condenado em cúmulo numa pena única de prisão efectiva de catorze anos, pela prática dos crimes de associação secreta, usura, sequestro e extorsão, no âmbito do processo comum colectivo n.º CR3-97-0032-PQR (Querela 333/97).

O recluso já cumpriu a pena necessária (em 8 de Maio de 2006) à concessão da liberdade condicional.

*

O Sr. Director do EPM, o técnico do IAS e o Comissário-geral-substituto já deram as suas respectivas sugestões respeitantes à concessão de liberdade condicional (vide a fls. 31, 7-13 e 30 dos autos).

*

De acordo com os dados constantes dos autos do presente processo, o recluso comportou-se bem na prisão, e teve três infracções disciplinares, sendo assim qualificada como do grupo semi-confiança.

O recluso vai viver juntos com a sua irmã mais velha, planeando em trabalhar na Armazém de Vestuários XXX como empregado de balcão depois de ser libertado.

Sintetizando as circunstâncias da presente causa, temos que o motivo e a consciência criminosa do recluso são fortes. Acresce que, durante a execução da pena, o recluso chegou a cometer infracções disciplinares por três vezes, tendo lugar a última destas em Junho de 2003, é difícil de julgar se o recluso está decidido para corrigir-se, se ele poderá reintegrar-se na sociedade com sucesso, e se o mesmo arrependeu-se realmente das suas condutas e não voltará a cometer crimes. O tribunal põe em dúvida a possibilidade de o recluso livrar-se do modo de viver anterior e da não repetição de crimes por pressão da vida.

*

A punição visa, por um lado, censurar o criminoso pela sua conduta criminosa e prevenir o futuro cometimento de crimes, e por outro lado, educar o próprio criminoso, tornando-o uma pessoa responsável perante a sociedade. Em relação ao presente caso concreto, o tribunal ainda não tem certeza até à presente data, se o recluso vai fazer uma pessoa honesta e não voltar a cometer crimes uma vez colocada em liberdade condicional. Portanto, entende o tribunal que ora a concessão de liberdade condicional ao recluso

será desfavorável à salvaguarda da ordem jurídica e da paz social de Macau.

... ..”

Conhecendo.

O regime da liberdade condicional está previsto no artº 56º do CPM, que preceitua que:

“1. O tribunal coloca o condenado a pena de prisão em liberdade condicional quando se encontrarem cumpridos dois terços da pena e no mínimo 6 meses, se:

a) For fundadamente de esperar, atentas as circunstâncias do caso, a vida anterior do agente, a sua personalidade e a evolução desta durante a execução da prisão, que o condenado, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes; e

b) A libertação se revelar compatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social.

2. A liberdade condicional tem duração igual ao tempo de prisão que falte cumprir, mas nunca superior a 5 anos.

3. A aplicação da liberdade condicional depende do consentimento do condenado”.

São pressupostos formais para a concessão da liberdade condicional, a condenação em pena de prisão superior a seis meses e o

cumprimento de dois terços da pena, num mínimo de também seis meses (nº 1).

E estão preenchidos estes pressupostos, *in casu*, pois pena em que foi condenado o recorrente – 5 anos e 3 meses de prisão – tendo já “expiado” mais que dois terços de tal pena, (concretamente, em 27 de Maio de 2006).

Como tem entendido, para a concessão da liberdade condicional, para além destes pressupostos formais, impõe-se ainda a verificação cumulativa de outros pressupostos de natureza “material”: os previstos nas alíneas a) e b) do nº 1 do referido artº 56º do Código Penal ora citado,¹ nomeadamente no ponto de vista da prevenção especial e geral do crime.

No ponto de vista da prevenção especial do criminal, para a concessão da liberdade condicional deve-se demonstrar que do prognose resultado dos autos, nomeadamente a evolução da sua reabilitação da personalidade durante a reclusão, se permite chegar a conclusão positiva pela libertação antecipada do recluso, o recluso vai reinserir-se na sociedade e ter uma vida em sintonia com as regras de convivência normal, assim passando, após a sua libertação, uma vida socialmente responsável, sem cometer novos crimes, ou seja, tal como o que exige no Código de Processo Penal anterior, demonstra a sua capacidade e vontade de se reinserir na sociedade.

A sua capacidade comprova-se pela sua hipótese de emprego assegurado e a condição física de trabalho, enquanto a sua vontade é

¹ Vide, entre outros, os Acs. deste T.S.I. de 11.04.2002, Proc. nº 50/2002, de 18.04.2002, Proc. nº 53/2002, de 13.06.2002, Proc. nº 91/2002 e de 17.10.2002, Proc. nº 184/2002.

indiciada pela evolução da sua personalidade, o bom comportamento durante a execução da pena em prisão e a previsibilidade de não cometer o crime após a libertação antecipada.

E no ponto de prevenção geral, constitui-se a matéria de ponderação a defesa da ordem jurídica e da paz social.²

Sabe-se ainda, o instituto da liberdade condicional não é uma medida de clemência ou de recompensa por mera boa conduta prisional, e serve na política do Código Penal “um objectivo bem definido: o de criar um período de transição entre a prisão e a liberdade, durante o qual o delinquentes possa equilibradamente recobrar o sentido de orientação social fatalmente enfraquecido por efeito da reclusão”.³

E as vezes, como temos vindo a reconhecer, produz-se mais efeitos positivos pela libertação antecipada do recluso do que a continuação da sua reclusão.

Na situação em apreço, a favor do recorrente, temos os factos de boa perspectiva do emprego, de, em liberdade, ir viver com a sua família residente em Macau, e, por outro lado, de bom comportamento prisional, sem ter sido sofrido de qualquer sanção disciplinar desde 2003, pós ter punido por a pena disciplinares em 2003.

Podendo embora tais circunstâncias ser relevantes para uma eventual consideração favorável à sua libertação, há ainda em caso concreto aspectos que abalam fortemente tal consideração.

² Vide entre outros, Ac. deste T.S.I. de 31.01.2002, Proc. nº 6/2002 e os citados de 18.04.2002, de 13.06.2002 e de 17.10.2002.

³ Cfr. L. Henriques e Simas Santos in, “Noções Elementares de Direito Penal de Macau, 1998, pág. 142. Acórdãos deste TSI, entre outros, de 11 de Abril de 2002 do Processo Nº 50/2002.

Por um lado, apesar de ter passados dois anos, sofreu sucessivamente, durante 2000 a 2003, penas disciplinares, e conforme o douto parecer do Senhor Director da Prisão, “com comportamento prisional inadequado ... e o seu modo de vida anterior revela uma forte ligação a meios de criminalidade organizada”, o que resulta uma prognose desfavorável ao recorrente no ponto de vista da prevenção especial do crime.

Por outro lado, tal como o que ponderou o Mm^o Juiz *a quo*, nomeadamente tendo em conta a consideração da prevenção geral do crime.

Lembramos o ensinamento do Prof. Figueiredo Dias, “O reingresso do condenado no seu meio social, apenas cumprida metade da pena - no âmbito do C.P.M., dois terços - a que foi condenado, pode perturbar gravemente a paz social e pôr assim em causa as expectativas comunitárias na validade da norma violada. Por outro lado, da aceitação do reingresso pela comunidade jurídica dependerá, justamente, a suportabilidade comunitária da assunção do risco da libertação que, como dissemos, é o critério que deve dar a medida exigida de probabilidade de comportamento futuro sem reincidência.”⁴

O que acontece nos presente autos é que, tendo em conta os crimes (crime de associação de malfeitores, vários crimes de extorsão e usura) por ele cometidos, a sua natureza e as consequências provocadas para esta comunidade, ainda não se pode afirmar que a sua libertação antecipada não provoca ameaças à ordem jurídica e à paz da comunidade e não terá risco de produzir efeito negativo, especialmente a aceitabilidade psicológica dos membros comunitários, ou seja, a sua

⁴ In “Direito Penal Português ...”, pág. 538 a 541)

libertação antecipada, nesta fase, não se afigura ser compatível com a defesa da ordem jurídica e a paz social.

Nesta conformidade, não é suficiente formar um juízo de prognose favorável para a concessão da liberdade condicional, por isso, não se permite dar por verificados os pressupostos à libertação antecipada da ora recorrente, e neste ponto de vista, a decisão recorrida não afigura ser de censurar, devendo assim improceder o presente recurso.

Pelo exposto, em conferência, acordam em negar provimento ao recurso interposto, mantendo-se a decisão recorrida.

Custas pelo recorrente.

Atribui-se à Ilustre defensora oficiosa a remuneração de MOP\$800,00, a cargo do recorrente.

Macau, RAE, aos 28 de Setembro de 2006

Choi Mou Pan

João A. G. Gil de Oliveira

Lai Kin Hong (com declaração de voto)

Processo nº 372/2006
Declaração de voto

Subscrevo o Acórdão antecedente à excepção de um aspecto na parte da sua fundamentação.

O primeiro aspecto prende-se com a interpretação do artº 56º/1-a) do CP, que reza: *“O Tribunal coloca o condenado a pena de prisão em liberdade condicional quando se encontrarem cumpridos dois terços da*

pena e no mínimo 6 meses se for fundamente de esperar, a atentas as circunstâncias do caso, a vida anterior do agente, a sua personalidade e a evolução deste durante a execução da prisão, que o condenado, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável sem cometer crimes.”

O Acórdão antecedente interpreta esta norma no sentido de que “.....ou seja, tal como o que exige no Código de Processo Penal anterior, demonstra a sua capacidade e vontade de se reinserir na sociedade. A sua capacidade comprova-se pela sua hipótese de emprego assegurado e a condição física de trabalho, enquanto a sua vontade é indiciada pela evolução da sua personalidade, o bom comportamento durante a execução da pena em prisão e a previsibilidade de não cometer o crime após a libertação antecipada.”

Aceitaria essa douta interpretação se estivesse ainda em vigor o código de 1886 (artº 120^o^①) ou o nosso artº 56º/1-a) tivesse uma redacção idêntica à do artº 61º/1^o^② *in fine* do Código Penal Português de 1982, que consabidamente nunca vigorou em Macau.

Pois naquele código exige que o recluso tenha mostrado *capacidade e vontade de se adaptar à vida honesta*, ao passo que o código de 1982 requer que o recluso libertando tenha tido *bom comportamento prisional* e mostre *capacidade* de se readaptar à vida social e *vontade séria* de o fazer.

Todavia, essa interpretação que pega no bom comportamento prisional, na capacidade e na vontade do recluso libertando já se tornou, tanto em Macau como em Portugal, desactualizada na

^① Artigo 120º - Os condenados a penas privativas de liberdade de duração superior a seis meses poderão ser postos em liberdade condicional pelo tempo que restar para o cumprimento da pena, quando tiverem cumprido metade desta e mostrarem capacidade e vontade de se adaptar à vida honesta.

^② Artigo 61º/1 – Os condenados a pena de prisão de duração superior a 6 meses podem ser postos em liberdade condicional quando tiverem cumprido metade da pena, se tiverem bom comportamento prisional e mostrarem capacidade de se readaptarem à vida social e vontade séria de o fazerem.

sequência da entrada em vigor dos novos códigos de 1995 em ambos os ordenamentos jurídicos, que como se sabe, passaram a adoptar, respectivamente, no artº 56º/1-a) e no artº 61º/2-a) uma redacção identiquíssima.

Naturalmente essa alteração na redacção do artº 61º/2-a) no código português não pode ser resultado de uma mera mudança do estilo ou gosto linguístico do legislador, consubstancia antes uma evolução e aperfeiçoamento das doutrinas nesta matéria.

Na óptica do Prof. Figueiredo Dias, a redacção do artº 61º/2-a) do CP Português de 1982 tem um *sabor excessivamente subjectivo e sentimental* por exigir que o recluso tenha revelado *vontade séria* de se readaptar à vida social e *capacidade subjectiva* de o fazer – *cf. Jorge de Figueiredo Dias, in Direito Penal Português – As consequências Jurídicas do Crime, § 850.*

Já na vigência desse código de 1982, em Portugal, o mesmo Mestre defendia uma interpretação algo correctiva dessa norma para um sentido mais objectivo, isto é, deve exigir-se uma certa medida de probabilidade de, no caso da libertação imediata do condenado, este conduzir a sua vida em liberdade de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, essa medida deve ser a suficiente para emprestar fundamento razoável à expectativa de que o risco da libertação já possa ser comunitariamente suportado – *cf. Jorge de Figueiredo Dias, ibidem.*

Doutrina essa que, como vimos, acaba por ser inteiramente acolhida pelo legislador do Código Penal de Macau de 1995 e pelo seu homólogo em Portugal no código do mesmo ano.

É justamente por isso não posso acompanhar, por desactualizada, a ideia consubstanciada na fundamentação do Acórdão antecedente na parte que diz respeito às capacidade e vontade do

recluso de se reinserir na sociedade.

É pois, tirando esse aspecto, que subscrevo o Acórdão antecedente no sentido de não concessão da liberdade condicional.

R.A.E.M., 28SET2006

Lai Kin Hong